

Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

4º TRIMESTRE



2020

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS	4
KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais	4
OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição	5
OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)	19
3. INDICADORES DE LIQUIDEZ	20
LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez	20
4. RISCO DE CRÉDITO	23
CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito	23
CR1: Qualidade creditícia das exposições	28
CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal	28
CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições	28
5. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR)	33
CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)	33
6. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO	34
SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização	34
7. RISCO DE MERCADO	36
MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado	36
MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado	40
8. IRRBB	41
IRRBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB	41
IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB	44
9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS	45
Controles Internos, Compliance e Risco Operacional	45
Risco Operacional	46
Gestão de Continuidade de Negócios – GCN	49
Risco Socioambiental	49

1. INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as informações requeridas pela Resolução nº 54, de 16 de dezembro de 2020, do Banco Central do Brasil, sobre os requerimentos prudenciais, o gerenciamento de riscos e de capital e as exposições de securitização. Em linha com as recomendações do Comitê de Basileia, esta resolução traz diversas alterações no formato de divulgação das informações de Pilar 3.

O objetivo deste relatório é promover a transparência aos *stakeholders* das práticas de gerenciamento e controle dos diversos riscos financeiros utilizadas pelo Banestes, auxiliando-os na tomada de decisões além de garantir a conformidade com o Pilar III – Disciplina de Mercado do Acordo de Capitais (Basileia II) e também com a Resolução nº 54, do Banco Central do Brasil.

As informações são apresentadas no formato de tabela fixa para alguns dados quantitativos (KM1, OV1, CR1, CR2, MR1 e IRRBB1) e também por meio de tabelas flexíveis com informações qualitativas (OVA, LIQA, CRA, CRB, CCRA, SECA, MRA e IRRBBA). Estas tabelas também possuem períodos diferentes de atualização podendo ser trimestrais (KM1 e OV1), semestrais (CR1, CR2 e MR1) ou anuais (as demais).

Atendendo ao critério de proporcionalidade, a Resolução nº 54/2020, segrega as informações a serem divulgadas pelas Instituições Financeiras de acordo com a segmentação estabelecida pela Resolução nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional. O Banestes, portanto, por se enquadrar no segmento S3, está sujeito apenas à divulgação das tabelas mencionadas no parágrafo anterior.

Com o objetivo de estabelecer as diretrizes para a divulgação destas informações ao mercado, especificar as informações a serem divulgadas, estabelecer o processo contínuo de confirmação da fidedignidade dos dados e os critérios de relevância utilizados para divulgação, bem como os papéis e responsabilidades dos envolvidos, o Banestes instituiu a Política de Divulgação de Informações de Gestão de Riscos e Capital, conforme estabelecido pelo art. 56 da Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional.

As informações deste Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3 estão disponibilizadas, também, na forma de dados abertos na página dadosabertos.bcb.gov.br do Banco Central do Brasil.

2. INDICADORES PRUDENCIAIS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A adoção das melhores práticas de gerenciamento de riscos é entendida pelo Banestes como uma estratégia decisiva para tornar a Instituição saudável e segura com consequente aumento na rentabilidade dos negócios.

O gerenciamento de riscos no Banestes é de responsabilidade de cada um de seus empregados, sendo que as políticas e metodologias estão descritas em normas internas e são revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração. Sendo que, é de responsabilidade do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital propor recomendações ao Conselho de Administração sobre as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na Declaração de Apetite por Riscos – RAS.

KM1: Informações quantitativas sobre os requerimentos prudenciais

A tabela seguinte apresenta informações quantitativas referentes aos componentes do capital regulamentar e à Razão de Alavancagem, conforme Resolução nº 54/20, do Banco Central do Brasil. Os indicadores de liquidez não se aplicam ao Banestes, por ser uma Instituição do segmento S3.

Nº da linha	Em R\$ mil	a	b	c	d	e
		31/12/2020	30/09/2020	30/06/2020	31/03/2020	31/12/2019
Capital regulamentar						
1	Capital Principal	1.582.733	1.482.618	1.430.036	1.383.430	1.542.977
2	Nível I	1.582.733	1.482.618	1.430.036	1.383.430	1.542.977
3	Patrimônio de Referência (PR)	1.582.733	1.482.618	1.430.036	1.383.430	1.542.977
3b	Excesso dos recursos aplicados no ativo permanente	-	-	-	-	-
3c	Destaque do PR	-	-	-	-	-
Ativos ponderados pelo risco (RWA)						
4	RWA total	10.262.834	10.268.577	10.136.327	10.791.419	10.982.659
Capital regulamentar como proporção do RWA						
5	Índice de Capital Principal (ICP)	15,42%	14,44%	14,11%	12,82%	14,05%
6	Índice de Nível 1 (%)	15,42%	14,44%	14,11%	12,82%	14,05%
7	Índice de Basileia	15,42%	14,44%	14,11%	12,82%	14,05%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA						
8	Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação (%)	1,25%	1,25%	1,3%	2,5%	2,5%
9	Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico (%) ⁽¹⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
10	Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPsistêmico (%)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
11	ACP total (%)	1,25%	1,25%	1,3%	2,5%	2,5%
12	Margem excedente de Capital Principal (%)	9,67%	8,69%	8,36%	5,82%	7,05%
Razão de Alavancagem (RA)						
13	Exposição total	27.057.176	31.813.725	23.640.272	23.396.625	19.880.024
14	RA (%)	5,85%	4,66%	6,05%	5,91%	7,76%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)						
15	Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	NA	NA	NA	NA	NA
16	Total de saídas líquidas de caixa	NA	NA	NA	NA	NA
17	LCR (%)	NA	NA	NA	NA	NA
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)						
18	Recursos estáveis disponíveis (ASF)	NA	NA	NA	NA	NA
19	Recursos estáveis requeridos (RSF)	NA	NA	NA	NA	NA
20	NSFR (%)	NA	NA	NA	NA	NA

⁽¹⁾ ACP_{Contracíclico} é fixado pelo Comitê de Estabilidade Financeira (Comef) e atualmente está definido em zero (Comunicado BACEN nº 36.418/20). Na hipótese de elevação do requerimento, o novo percentual vigorará a partir de doze meses após a divulgação.

O Índice de Basileia do Banestes Conglomerado Prudencial foi 15,42% em dezembro de 2020, um aumento de 0,98 ponto percentual, quando comparado a setembro de 2020. Essa variação ocorreu devido, principalmente, ao aumento do Patrimônio de Referência (PR) no período.

OVA: Visão geral do gerenciamento de riscos da instituição

a) Modelo de negócios, perfil de riscos e nível de apetite por risco da instituição

A gestão de riscos é o conjunto de ações coordenadas que buscam garantir que os objetivos sejam alcançados dentro de limites aceitáveis de risco.

Ao realizar o gerenciamento dos riscos buscamos:

- **Alinhar o risco aceitável com a estratégia organizacional:** ao realizar esse procedimento, o Banestes procura deixar o risco inerente às suas atividades em conformidade com as estratégias definidas em conjunto com a Alta Administração.
- **Aumentar a capacidade de gerir o risco e otimizar o retorno:** o gerenciamento de risco propicia à Instituição um equilíbrio entre a relação risco/retorno.
- **Melhorar as decisões de resposta aos riscos:** baseado em uma gestão de riscos, a Instituição se torna mais apta a tomar melhores decisões para controlar os riscos inerentes às suas atividades.
- **Minimizar as surpresas operacionais e os prejuízos:** sabe-se que esse gerenciamento propicia um controle de eventos ligados ao risco que possam gerar perdas para o Banestes.
- **Aproveitar as oportunidades:** com essa atividade, o Banestes obtém maior habilidade para trabalhar as oportunidades de negócios.
- **Racionalizar o capital:** graças ao gerenciamento, o Banestes consegue manter um capital mínimo para fazer frente aos riscos, sem que isso represente uma retração de suas atividades.

Os riscos podem ser divididos em riscos de origem financeira e não financeira:

Riscos Financeiros: Riscos decorrentes de eventos que podem impactar diretamente a saúde financeira e liquidez da organização ou decorrentes de administração financeira deficitária, e que estão relacionados aos riscos de crédito, mercado e liquidez.

- **Risco de Crédito:** possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; à reestruturação de instrumentos financeiros; ou aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.
- **Risco de Mercado:** possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos por uma instituição financeira,

incluindo o risco da variação das taxas de juros, dos preços de ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

- **Risco de Liquidez:** possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente com suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

CATEGORIA DE RISCO	SUBCATEGORIA DE RISCO	DEFINIÇÃO
Risco de Crédito	Crédito da Contraparte	Possibilidade de perda decorrente do não cumprimento de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam fluxos bilaterais, incluindo a negociação de ativos financeiros ou derivativos.
	País	Possibilidade de perdas relativas ao não cumprimento de obrigações associadas a contraparte ou instrumento mitigador localizados fora do país, incluindo o risco soberano, em que a exposição é assumida perante governo central de jurisdição estrangeira.
	Transferência	Possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial de valores recebidos fora do país associados a operação sujeita ao risco de crédito.
	Garantia	Possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar garantias financeiras prestadas.
	Associado ao não cumprimento de obrigações	Possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações nos termos pactuados por interveniente, provedor do instrumento mitigador ou mandatário de cobrança.
	Concentração	Possibilidade de perdas associadas a exposições significativas: <ul style="list-style-type: none"> - a mesma contraparte; - a contrapartes atuantes em mesmo setor econômico, região geográfica ou segmento de produtos ou serviços; - a contrapartes cujas receitas dependam de um mesmo tipo de mercadoria (commodity) ou atividade; - instrumentos financeiros cujos fatores de risco, incluindo moedas e indexadores, são significativamente relacionados; - associadas a um mesmo tipo de produto ou serviço financeiro; e - cujo risco é mitigado por um mesmo instrumento financeiro.
Risco de Mercado	Taxas de juros da carteira de negociação	Possibilidade de perda no valor econômico de uma carteira, decorrente dos efeitos de mudanças adversas das taxas de juros.
	Taxas de câmbio	Possibilidade de perdas devido a mudanças adversas nas taxas de câmbio, para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.
	Preços de Mercadorias (Commodities)	Possibilidade de perdas devido a mudanças no valor de mercado de carteiras de commodities, para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.
	Preços de Ações	Possibilidade de perdas devido a mudanças no valor de mercado de carteiras de ações.
	Risco de Taxa de juros da carteira bancária (IRRBB)	Risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária.
Risco de Liquidez	Liquidez de Fluxo de Caixa	Possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as

		decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
	Liquidez de Mercado	Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Riscos não Financeiros: riscos resultantes de circunstâncias externas (fenômenos sociais, políticos ou econômicos) ou internas (recursos humanos, tecnologias, processos e outros) à instituição, que estão relacionados aos riscos operacional, estratégico e legal.

- **Risco Operacional:** Possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.
- **Risco Estratégico:** São aqueles que afetam ou são criados por decisões estratégicas, fundamentais para o crescimento e desempenho do negócio.
- **Risco Legal:** Possibilidade de perdas ocasionadas pela não observância da legislação e/ou regulamentações aplicáveis aos negócios, normas e procedimentos internos, podendo resultar em perda de negócios e da confiança do cliente, além da responsabilidade financeira legal, seja no âmbito tributário, trabalhista, civil, econômico, ambiental ou outro qualquer.

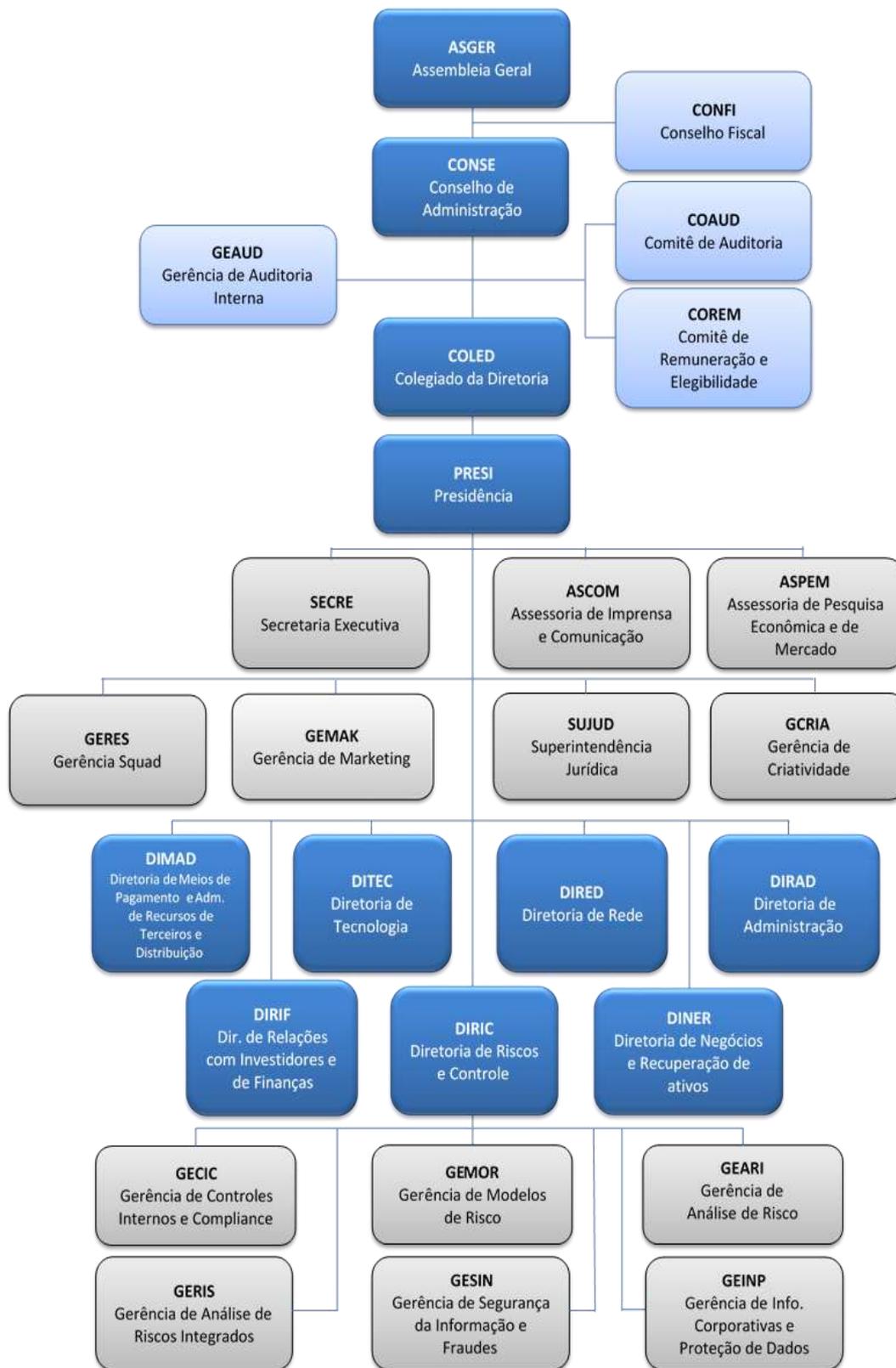
		CATEGORIA DE RISCO	SUBCATEGORIA DE RISCO	DEFINIÇÃO
Risco não Financeiro		Risco Estratégico	Decisões / Estratégias	São aqueles riscos que impactam diretamente a efetivação da estratégia da organização, ou seja, acarretam em danos potenciais decorrentes da falta de capacidade ou habilidade das empresas em proteger-se de eventos negativos ou adaptar-se às mudanças desfavoráveis.
		Risco Legal	Contencioso	Risco com possibilidade de perda decorrente de decisões contrárias a empresa, de ações ajuizadas por ela ou contra ela.
			Contratual	Possibilidade de perdas decorrentes de julgamentos desfavoráveis por contratos omissos, mal redigidos ou sem o devido amparo legal.
			Legislação	Possibilidade de perdas decorrentes de sanções por reguladores e indenizações por danos a terceiros por violação da legislação vigente.
			Tributário	Possibilidade de perdas devido à criação ou nova interpretação da incidência de tributos.
		Risco Operacional	Acidentes	Possibilidade de perdas devido à ocorrência de acidentes envolvendo colaboradores, clientes ou mesmo ativos físicos da Instituição, em decorrência da inexistência ou de falhas em dispositivos ou instalações de segurança.
			Catástrofe	Possibilidade de perdas devido a catástrofes (naturais ou não).
			Cibernético	Resultados negativos potenciais de um ataque cibernético-tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados ou sistemas.

Concentração	Possibilidade de perdas por depender de poucos produtos, pessoas, sistemas, clientes e/ou mercados.
Conformidade	Possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou interpretação indevida de regulamentos e normas.
Corrupção	Possibilidade de perda decorrente de qualquer ação que implique sugestão, oferta, promessa, concessão (forma ativa) ou solicitação, exigência, aceitação ou recebimento (forma passiva), de vantagens indevidas.
Infraestrutura	Possibilidade de perdas por quebras/falhas em equipamentos de processamento e transmissão de dados, comunicação e segurança (consistência, integridade, disponibilidade ou performance), falhas nas redes de computadores e servidores, danos em discos rígidos, perdas de informações gerenciais e de banco de dados.
Erro Não Intencional	Possibilidade de perdas em decorrência de equívoco, omissão, distração ou negligência de profissionais, falta de segregação de tarefas, de volume de serviço.
Fraudes	Possibilidade de perdas em decorrência de comportamentos fraudulentos internos ou externos à instituição.
Imagem	Possibilidade de perda decorrente da divulgação de informações incorretas, incompletas, imprecisas, ou não autorizadas sobre a Instituição ou divulgadas por pessoas não autorizadas.
Lavagem de Dinheiro	Possibilidade de perdas caso a instituição seja usada para a “conversão” de dinheiro, bens ou valores de origem ilícita em “capitais” aparentemente lícitos.
Modelagem	Possibilidade de perda pela inadequação na criação ou na reestruturação dos projetos e processos à realidade operacional da empresa e riscos advindos da ocorrência de fragilidade nos processos.
Obsolescência	Possibilidade de perdas pela não substituição frequente dos equipamentos e softwares antigos.
Overload (sobrecarga)	Possibilidade de perdas por sobrecargas nos sistemas elétrico, telefônico, de processamento de dados, etc.
Presteza e Confiabilidade (eficiência)	Possibilidade de perdas, pelo fato de informações não poderem ser recebidas, processadas, armazenadas e transmitidas em tempo hábil e de forma confiável.
Produtos e Serviços	Possibilidade de perdas em decorrência da venda de produtos ou prestação de serviços ocorrer de forma indevida ou sem atender às necessidades/demandadas de clientes.
Qualificação	Possibilidade de perdas pelo fato de profissionais desempenharem tarefas sem qualificação profissional apropriada à função.
Regulamentação	Possibilidade de perdas em decorrência de alterações, impropriedades ou inexistência de normas para controles internos ou externos.
Segurança da Informação	Possibilidade de perdas caso informações confidenciais venham a ser acessadas, alteradas, divulgadas ou comercializadas por pessoas não autorizadas.
Segurança Física	Possibilidade de perdas devido a atos de vandalismo ou sabotagem contra o ambiente físico ou recursos humanos da instituição.
Socioambiental	Possibilidade de ocorrência de perdas da Instituição decorrentes de danos socioambientais e que deve ser identificado como um componente das diversas modalidades de risco a que a Instituição está exposta.
Software	Possibilidade de perdas devido à utilização de "softwares" mal modelados ou programados, sistemas inadequados ou não padronizados para a instituição, impossibilidade de integração entre os diversos sistemas e plataformas, obsolescência de "software".

	Terceirização	Possibilidade de perda decorrente das falhas no provimento ou na qualidade dos serviços prestados acordados contratualmente.
--	----------------------	--

b) Governança do gerenciamento de riscos

O Banestes possui uma diretoria de gestão de riscos e controle e unidades específicas para gestão e avaliação dos controles internos, dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e sociambiental, devidamente segregadas das unidades de negócios, conforme organograma abaixo:



A estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital são compatíveis com a natureza das operações e complexidade dos serviços e produtos oferecidos pelo Banestes. As informações divulgadas nesse relatório referentes a essas estruturas são de responsabilidade da Diretoria de Riscos e Controle.

Cada uma dessas áreas possui objetivos próprios que visam identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, mitigar e comunicar as exposições dos riscos financeiros, tais como:

- Formular e propor à Alta Administração políticas e diretrizes para o gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e sociambiental, visando estabelecer limites operacionais e procedimentos para manter a exposição aos riscos em níveis aceitáveis.
- Propor, divulgar e fazer cumprir as políticas e limites de crédito, estabelecendo condições e critérios de concessão que assegurem ao Banestes uma carteira de clientes de qualidade, com minimização dos riscos de inadimplência e perdas.
- Garantir o suporte adequado às áreas de negócios, aprimorando os controles internos e o gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e socioambiental, além de buscar promover a gestão da continuidade dos negócios.
- Garantir a eficiência e confiabilidade dos controles internos e *compliance*, acompanhar a conformidade com normas internas e externas, bem como realizar o monitoramento dos processos de prevenção à lavagem de dinheiro e o aprimoramento do modelo de gestão, de acordo com as ações estratégicas definidas pela Alta Administração, através do mapeamento e da otimização dos processos.
- Examinar e reportar à Alta Administração os relatórios gerenciais periódicos acerca do desempenho do gerenciamento dos riscos, da adequação do capital do Banestes e da sua exposição aos riscos, proporcionando a implementação de ações mitigadoras.

A Gerência de Auditoria Interna, subordinada ao Conselho de Administração, é responsável em verificar o nível de aderência das metodologias e dos procedimentos de gerenciamento de riscos.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos e estrutura de gerenciamento de capital normatizadas pela Resolução CMN 4.557, em dezembro de 2017, foi instituído o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e a Gerência de Análise de Riscos Integrados, assim como a indicação do Diretor de Riscos e Controle como o responsável pelo gerenciamento de risco (CRO – Chief Risk Officer) do Conglomerado, em dezembro de 2017. O Comitê tem por objetivo avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite por Riscos – RAS, as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; propor, com periodicidade mínima anual, recomendações ao Conselho de Administração sobre as políticas as estratégias e os limites de gerenciamento de riscos e de capital destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS; supervisionar a atuação e o desempenho do CRO, dentre outros.

A Gerência de Análise de Riscos Integrados possui como objetivo gerenciar os riscos de forma integrada e o capital, bem como prover o Banestes com análises e informações referentes aos riscos de crédito, de mercado e IRRBB (risco de taxas de juros da carteira bancária), de liquidez, de liquidez para recursos de terceiros e socioambiental. Além disso, é responsável em monitorar os

limites e os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos - RAS e reportar à Diretoria de Riscos e Controle as situações que representem risco de desenquadramento e, quando necessário, as exceções. A Diretoria de Riscos e Controle, por sua vez, é responsável em informar ao Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, quando necessário, exceções aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS, e nessa linha, o Comitê informa ao Colegiado da Diretoria, o qual informa ao Conselho de Administração. Assim, no caso de violação de limites de riscos definidos, somente o Conselho de Administração pode autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS.

O Banestes vem buscando, a cada dia, um sistema de gestão com o compromisso constante de adotar as melhores práticas de governança corporativa, por entender que esta é uma das ferramentas para alcançar a sustentabilidade da empresa. Assim, vem alinhando suas políticas e estratégias às boas práticas, procurando aplicar seus princípios básicos, que são: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

As principais práticas adotadas são:

- Acionistas elegem o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.
- Conselho de Administração elege e destitui os Diretores do Banco e os membros do Comitê de Auditoria, nomeia e destitui os membros do Comitê de Remuneração e o Ouvidor.
- Transparência e equidade na divulgação dos dados em site de RI.
- Equidade: tratamento justo e igualitário dos minoritários.
- Prestação de contas pelos agentes de Governança a quem os elegeram.
- Criação de riquezas e de oportunidades de emprego: compromisso em fomentar riquezas em todos os municípios do estado.
- Política de divulgação de informações relevantes e proibição de utilização de informações privilegiadas obrigatória para os sócios, Conselho de Administração, diretores, conselheiros fiscais, membros de órgãos técnicos e consultivos, bem como para pessoas que, em razão de seus cargos, tenham acesso à informação privilegiada.
- Não acúmulo no cargo de CEO e presidente do Conselho de Administração.
- CEO é o elo entre a governança e a gestão.
- CEO recebe o alinhamento estratégico do Conselho de Administração e desenha, em conjunto com o Colegiado de Diretoria, táticas para alcançar os objetivos estratégicos da empresa.
- Composição do Conselho de Administração com dois membros independentes e um membro eleito pelos empregados.

- O Conselho de Administração tem como atribuição estatutária assegurar-se de que a Diretoria identifique preventivamente e liste os principais riscos aos quais a sociedade está exposta.
- Comitês: auxiliam a Administração na condução de seus negócios e tornam o processo de tomada de decisão mais transparente – Gestão Integrada de Riscos e de Capital, Análise de Crédito, Tecnologia, Planejamento Tributário, Disciplinar, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Segurança, Produtos e Serviços, Análise de Patrocínios e Mercado.
- Auditoria Interna e Comitê de Auditoria reportam-se ao Conselho de Administração.
- Auditoria Independente.
- Código de conduta ética aprovado pelo Conselho de Administração.
- CRO garante, em conjunto com Conselho de Administração, Colegiado da Diretoria, Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, que o conteúdo da RAS seja observado pela instituição.
- Exceções a Declaração de Apetite por Riscos – RAS são aprovadas somente pelo Conselho de Administração.
- Reporte periódico de relatórios gerenciais de riscos ao Colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração, dando subsídio a tomada de decisão da Alta Administração.

c) Disseminação da cultura

A disseminação da cultura de controles internos e gerenciamento de risco em nossa Instituição é realizada continuamente por profissionais internos e externos e abrange todos os empregados em seus diversos níveis, utilizando instrumentos adequados de comunicação, de informação e de treinamento visando alcançar um entendimento uniforme sobre o assunto.

d) Escopo e principais características do processo de mensuração de riscos

O gerenciamento de riscos é um pilar fundamental para o desenvolvimento e sustentabilidade do Banestes, atuando de forma a garantir a conformidade do conglomerado prudencial com os requisitos legais e regulamentares, utilizando-se para isso do ambiente de controles internos e de processos independentes.

O Banestes visa, com o gerenciamento de riscos, conhecer de forma pró-ativa a real exposição a riscos e possíveis deficiências na estrutura de governança corporativa e de controles internos, que possam gerar perdas significativas e inesperadas, decidindo o tratamento adequado a cada tipo de ameaça identificada. Desta forma, entendemos que alcançaremos uma otimização da alocação de

capital, o estabelecimento de limites operacionais e mecanismos de mitigação de riscos adequados e ainda a manutenção em níveis aceitáveis da exposição a riscos, protegendo desta forma o capital do acionista.

As políticas de gerenciamento de riscos do Banestes estabelecem um conjunto de diretrizes visando ao alcance dos objetivos ora descritos, além de definir papéis e responsabilidades no processo de gestão para toda a Instituição. Essas políticas são claramente documentadas, revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, estando alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição. São revisadas anualmente, ou sempre que necessário, mediante uma alteração relevante. Após a aprovação, as políticas são disponibilizadas a todos os empregados da Instituição por meio de portal dedicado no ambiente interno de comunicação.

e) Processo de reporte de riscos ao CA e à diretoria

O Banestes possui uma política formal de divulgação de informações aprovada pelo Conselho de Administração, na qual inclui a especificação das informações a serem divulgadas, o sistema de controles internos aplicado ao processo de divulgação de informações, o estabelecimento de processo contínuo de confirmação da fidedignidade das informações divulgadas e da adequação do seu conteúdo e os critérios de relevância utilizados para divulgação de informações, com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica.

Periodicamente, são mensuradas as exposições aos diversos tipos de riscos financeiros e não-financeiros pelo Banestes e pelas suas empresas.

A partir desses cálculos, são produzidas informações quantitativas e qualitativas e disponibilizadas à Alta Administração e aos diversos Comitês através de sistemas integrados de gestão de risco e de negócios.

Na gestão do risco de crédito, a Instituição dispõe de um sistema interno com informações desse risco, que são disponibilizadas às áreas de concessão de crédito, recuperação de crédito, diretorias, superintendências regionais e agências focando o gerenciamento dos ativos por segmento, produto, região, classificação de risco dentre outros.

Os empregados têm à disposição canais de comunicação específicos para reportar à Gerência de Controles Internos e Compliance deficiências encontradas, insuficiência de controles, indícios de prática de atos ilícitos e casos suspeitos de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, sendo que a Instituição disponibiliza na intranet uma seção específica que trata de assuntos relacionados ao risco operacional.

Faz parte do processo de gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez a elaboração e envio de relatórios analíticos para a Diretoria. As informações contidas nesses relatórios são de grande importância para a tomada de decisões estratégicas da Instituição e minimização de riscos.

O Banestes trabalha ainda para que o processo de comunicação, que ocorre durante todas as etapas do processo de gerenciamento de riscos, alcance todas as partes interessadas, ou seja, desde a Alta Administração até os demais níveis hierárquicos, tornando-se um importante instrumento para a tomada de decisão e um facilitador na disseminação da cultura.

Quanto aos sistemas de mensuração utilizados pela Instituição, o Banestes faz uso de sistemas de riscos adquiridos com fornecedores especializados ou desenvolvidos internamente. Todos esses sistemas passaram por rigorosos processos de homologação a fim de atender ao Banco de acordo com o escopo e à complexidade das operações.

f) Programa de testes de estresse

A estrutura de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial do Banestes conta com o programa de testes de estresse definido como um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotado de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da Instituição.

O Programa de Teste de Estresse aplica-se às empresas pertencentes ao Conglomerado Prudencial do Sistema Financeiro Banestes (SFB), Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e Banestes DTVM - Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Um teste de estresse consiste no exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na instituição ou em um portfólio específico.

Para a análise integrada de riscos do Conglomerado Prudencial, o Banestes, conforme resolução CMN nº 4.557, de 23/02/2017, utiliza a Análise de Sensibilidade, que é uma metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

O resultado do teste de estresse deve ser usado na identificação, na mensuração, na avaliação, no monitoramento, no controle e na mitigação dos riscos da instituição, bem como auxiliar na avaliação da adequação e da robustez das premissas e das metodologias utilizadas nos modelos de gerenciamento de riscos.

Os resultados do programa de testes de estresse devem ser considerados:

- nas decisões estratégicas da Instituição;
- na revisão dos níveis de apetite por riscos;
- na revisão das políticas, das estratégias e dos limites estabelecidos para fins do gerenciamento de riscos e do gerenciamento de capital;

- na avaliação dos níveis de capital e de liquidez da Instituição e na elaboração dos planos de contingência;
- na avaliação da adequação de capital; e
- no plano de recuperação de capital e liquidez.

g) Estratégias de mitigação de riscos e sua efetividade

Com relação à política de hedge e de mitigação de risco, o Banestes adota uma postura conservadora em suas operações, buscando sempre manter um equilíbrio entre risco e retorno. Para garantir a efetividade desse processo, todas as operações do Banco somente são realizadas se estiverem em conformidade com as políticas internas e com os limites estabelecidos.

h) Gerenciamento de capital

O Banestes, buscando adotar melhores práticas de mercado e atender a Resolução nº 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, implementou a sua estrutura de gerenciamento de capital, cujo processo está compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão de sua exposição a riscos.

O Banco também possui uma política de gerenciamento de capital, no qual estabelece as estratégias e diretrizes para a manutenção de capital compatível com os riscos incorridos pela Instituição, considerando seus objetivos estratégicos, bem como os níveis de apetite a risco fixados na RAS, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital. Como parte deste monitoramento, são realizadas simulações de eventos severos e de condições extremas de mercado (testes de estresse), buscando avaliar seus impactos no capital, as quais são reportadas à Alta Administração, de forma a serem consideradas no planejamento estratégico de negócios e de capital.

Esse capital de uma Instituição Financeira é o Patrimônio de Referência – PR, que é o patrimônio base utilizado na verificação do cumprimento dos limites operacionais de natureza regulamentar pelo Banestes.

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo de Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN nº 2.099/1994. Em outubro de 2013, buscando fortalecer a capacidade dos bancos de absorverem perdas, reduzindo a probabilidade de crises sistêmicas, aprimorar as práticas de gestão e governança de riscos e aumentar as oportunidades de negócio e expansão internacional, foi implantada no Brasil a nova estrutura de capital, seguindo orientações de Basileia III, a qual está definida nos termos das Resoluções CMN nº 4.192/2013 e 4.278/2013, instituindo a composição do PR como o somatório do Nível I e Nível II, onde:

- **Nível I:** Instrumentos de Capital aptos a absorver perdas durante o funcionamento da Instituição. É composto pelo **Capital Principal**, o qual consiste na soma do capital social, reservas e lucros retidos, menos deduções e ajustes prudenciais, bem como pelo **Capital Complementar**, apurado pelo somatório de instrumentos híbridos de capital e dívida subordinada.
- **Nível II:** Instrumentos de Dívida aptos a absorver perdas quando da liquidação da Instituição financeira. É composto por instrumentos elegíveis não presentes no Nível I.

No Banestes, o PR é composto somente pelo Nível I, mais especificamente pelo Capital Principal, o qual é considerado o capital de melhor qualidade.

Por intermédio do gerenciamento do capital, o Banestes visa manter o Patrimônio de Referência - PR compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado ao índice mínimo conforme regulamentado pelo Banco Central do Brasil.

O Banestes, visando garantir solidez e disponibilidade de capital para realizar suas operações, monitora os seus níveis de PR mantendo-os sempre acima do necessário. Para realizar esse monitoramento acompanhamos os índices de supervisão bancária, de acordo com as novas regras de Basileia III da Resolução nº 4.193/2013 do CMN, que são: Índice de Basileia (IB), Índice de Nível 1 (IN1) e Índice de Capital Principal (ICP).

O Índice de Basileia (IB) é um conceito internacional definido pelo Comitê de Basileia de Supervisão Bancária que recomenda uma relação mínima entre o Patrimônio de Referência - PR e os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

No Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2017, a relação mínima exigida passou a ser igual a 10,5%, segundo o artigo 4º da Resolução nº 4.193/2013 do CMN e os normativos de Adicional de Capital Principal (ACP), que exigem um percentual mínimo extra de capital principal, definidos também na Resolução nº 4.193/2013.

O Bacen definiu um cronograma de implementação dos requerimentos mínimos para os montantes de PR, de Nível 1 e de Capital Principal em relação ao montante de RWA já com o adicional de capital principal, cujas definições estão nas Resoluções nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013.

Devido aos efeitos diversos da COVID-19, o Conselho Monetário Nacional (CMN), aprovou a Resolução 4783/20 que estabelece medidas para ajudar o Sistema Financeiro Nacional a enfrentar o momento adverso. Uma das medidas foi a redução do Adicional de Conservação de Capital Principal (ACPConservação) de 2,5% para 1,25%, trazendo o percentual mínimo para o Índice de Basileia para 9,25% a partir de 01/04/2020, sendo que esse percentual irá aumentar gradualmente em datas estabelecidas, retornando a 10,5% em 01/04/2022.

O Banestes tem-se mantido, neste ano, dentro dos padrões praticados pelo mercado bancário equilibrando rentabilidade e qualidade de seus ativos, conforme demonstrado nos nossos índices de supervisão bancária, que estão acima do mínimo requerido.

A margem em relação ao Patrimônio de Referência – PR, considerando o risco de mercado da carteira bancária e o adicional de capital principal, atingiu o montante de R\$ 217,6 milhões.

Risco de crédito por fator de ponderação (RWAcpad)

RWAcpad	Valores em R\$ mil	
	dez/20	set/20
Parcela exigida para cobertura do risco de crédito (RWAcpad)		
FPR de 2%	2	1
FPR de 20%	23.699	30.544
FPR de 35%	968.034	561.011
FPR de 50%	5.192	404.803
FPR de 75%	2.973.935	2.811.252
FPR de 100%	3.573.034	3.666.542
FPR de 150%	0	0
FPR de 250%	556.440	555.982
FPR de 300%	0	0
FPR de 1012,65%	0	0
Securitização ⁽¹⁾	190.691	266.139

⁽¹⁾ A partir do 1º trimestre de 2018 os dados de securitização foram segregados, pois são calculados conforme orienta a Circular 3.848/17

Risco operacional por linha de negócio (RWAopad)

RWAopad	Valores em R\$ mil	
	dez/20	set/20
Linhas de Negócio		
Varejo / Comercial	889.200	889.200
Finanças Corporativas	0	0
Negociações e Vendas	300.726	300.726
Pagamentos e Liquidações	231.266	231.266
Serviços de Agente Financeiro	15.417	15.417
Administração de Ativos	114.431	114.431
Corretagem de Varejo	14	14
Corporativa	16.085	16.085
Total	1.567.139	1.567.139

OV1: Visão geral dos ativos ponderados pelo risco (RWA)

A tabela seguinte apresenta as informações quantitativas sobre o RWA e o requerimento mínimo de PR conforme estabelecido no art. 4º da Resolução nº 4.193, de 2013.

Nº da linha	Em R\$ mil	a	b	c
		RWA		Requerimento mínimo de PR
		31/12/2020	30/09/2020	31/12/2020
0	Risco de Crédito - tratamento mediante abordagem padronizada	8.291.029	8.296.274	663.282
2	Risco de crédito em sentido estrito	7.044.675	6.973.160	563.574
6	Risco de crédito de contraparte (CCR)	430.877	436.806	34.470
7	Do qual: mediante abordagem padronizada para risco de crédito de contraparte (SA-CCR)	430.877	436.806	34.470
7a	Do qual: mediante uso da abordagem CEM	-	-	-
9	Do qual: mediante demais abordagens	-	-	-
10	Acréscimo relativo ao ajuste associado à variação do valor dos derivativos em decorrência de variação da qualidade creditícia da contraparte (CVA)	-	-	-
12	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes identificados	-	-	-
13	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes inferidos conforme regulamento do fundo	68.345	64.187	5.468
14	Cotas de fundos não consolidados - ativos subjacentes não identificados	-	-	-
16	Exposições de securitização - requerimento calculado mediante abordagem padronizada	190.691	266.139	15.255
25	Valores referentes às exposições não deduzidas no cálculo do PR	556.440	555.982	44.515
20	Risco de mercado	404.666	405.164	32.373
21	Do qual: requerimento calculado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD})	404.666	405.164	32.373
22	Do qual: requerimento calculado mediante modelo interno (RWA_{MINT})			
24	Risco operacional	1.567.140	1.567.140	125.371
27	Total	10.262.834	10.268.577	821.027

3. INDICADORES DE LIQUIDEZ

LIQA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de liquidez

Conforme estabelecido pela Resolução n.º 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, o Risco de Liquidez é definido como:

I - a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II - a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

a) Estrutura organizacional

O Banestes possui uma área, subordinada à Diretoria de Risco e Controle, que é uma das unidades executoras da Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, sendo responsável pela metodologia de mensuração, controle dos limites estabelecidos e revisão de políticas e normas voltados ao controle do risco de liquidez. E também monitora o fluxo de caixa da Instituição, realiza testes de estresse individualizados, realiza a gestão da liquidez intradia e propõe o Plano de Contingência de Liquidez.

Um outra unidade, também subordinada à Diretoria de Riscos e Controle, é responsável pela geração do Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL), com base nas posições disponibilizadas por áreas gestoras, avalia periodicamente a adequação do sistema, das rotinas e dos procedimentos para gerenciamento do risco de liquidez.

A área Financeira e de Mercado (Tesouraria), subordinada à Diretoria de Relações com Investidores e Finanças, é responsável pela execução do Plano de Contingência de Liquidez, por manter a disponibilidade de recursos em volume superior à reserva mínima de liquidez estabelecida e por observar os limites das carteiras e operações da tesouraria, gerenciando os ativos de forma a mitigar o risco de liquidez. Fornece informações para o cálculo da liquidez intradia e do colchão de liquidez.

O risco de liquidez é acompanhado diariamente pelas áreas de negócio e de controle, e nas reuniões do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital e do Comitê de Mercado. Mensalmente são enviados relatórios às áreas envolvidas na gestão e no controle, bem como à Alta Administração.

O gerenciamento do risco de liquidez do conglomerado prudencial é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna.

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez do Banestes, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A política se aplica de forma unificada para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial, abrangendo o Banco do Estado do Espírito Santo S.A – Banestes, e a Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A – Banestes DTVM.

b) Estratégias de captação de recursos

São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

c) Estratégias de mitigação do risco de liquidez

O Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

d) Testes de estresse

Na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial são utilizados:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

e) Plano de contingência de liquidez

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do conglomerado prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez (PCL), atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Benefícios do Plano de Contingência de Liquidez:

- Documentar todas as ações necessárias, a serem tomadas em caso de crise de liquidez, sendo capaz de responder efetivamente, mantendo a liquidez da Instituição;
- Demonstrar maturidade em Gestão de Riscos;
- Melhorar a imagem para o mercado, gerando maior credibilidade junto à sociedade, agregando valor à Instituição por meio do controle da sua capacidade de pagamento;
- Estar em conformidade com as normas nacionais, internacionais e com as melhores práticas de mercado.

f) Ferramentas, métricas e limites utilizados para o gerenciamento do risco de liquidez.

Além dos testes de estresse mencionados anteriormente, na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial são utilizadas as ferramentas:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (Líquidas) que a instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

4. RISCO DE CRÉDITO

CRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito

a) Modelo de negócios e perfil de risco de crédito da instituição

Risco de Crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros ou aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

O gerenciamento do risco de crédito tem como objetivo identificar, mensurar, analisar, controlar e monitorar a exposição ao risco de crédito, bem como estabelecer formas de mitigação, além de gerar informações para todas as áreas envolvidas no processo de crédito e para a Alta Administração. Vale ressaltar que todas as unidades de negócios também têm a responsabilidade de aplicar as políticas e procedimentos para gerenciamento dos riscos.

Visando estar alinhado às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banestes se utiliza de processos sistematizados e de avançadas ferramentas tecnológicas nos processos de gerenciamento, promovendo agilidade sem perder a segurança necessária.

Vários são os procedimentos realizados pelo Banestes para controle e monitoramento do risco de crédito, ao qual destacamos: análise de suficiência de cobertura das garantias às operações de crédito, relatórios gerenciais de acompanhamento dos índices de inadimplência e de valores de provisionamento, estimativa da perda esperada associada ao risco de crédito, estabelecimento de limites para exposição ao risco de concentração, monitoramento do comportamento das operações caracterizadas como ativos problemáticos, dentre outros. Essas informações constam em relatórios gerenciais enviados ao Conselho de Administração, Colegiado da Diretoria e Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, possibilitando a alta administração conhecer e avaliar o desempenho do gerenciamento do risco de crédito do conglomerado prudencial em decorrência das políticas e estratégias adotadas.

b) Política e limites internos associados ao risco de crédito

A Política de Crédito é um conjunto de critérios e padrões que devem ser adotados na análise do cliente e do negócio, visando o atendimento dentro dos parâmetros de qualidade, agilidade e segurança exigidos, impulsionando a carteira de crédito, fixando regras que norteiam o processo de concessão de crédito, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital e sendo aderente ao cenário econômico.

A implementação da Política de Crédito é totalmente sistematizada e integrada aos diversos sistemas operacionais, através de controles de participantes, valores e alçadas de crédito na concessão de limite de crédito e de negócios.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Os membros participantes de Comitês são corresponsáveis pelo acolhimento, análise e aprovação de limites de crédito e operacionalização do negócio, sendo a alçada decisória definida no momento da inclusão da operação de crédito, em virtude da ponderação de vários fatores: risco total de crédito do cliente somado ao novo negócio proposto, classificação de risco do cliente, restrições, impedimentos e alertas vigentes do cliente.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do Banestes a adoção de processos de decisões ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão, e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meio de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

Operações de Tesouraria

As operações de compra e venda definitiva de títulos públicos ou privados para a carteira própria do Banestes somente podem ser realizadas se estiverem dentro dos parâmetros e limites designados na Política de Investimento Financeiro do Banestes e pelos comitês competentes, de acordo com as alçadas estabelecidas.

Atendendo a política de investimento, visando minimizar o risco de crédito e maximizar os resultados, as operações realizadas pela Gerência Financeira e de Mercado são aprovadas considerando os seguintes aspectos:

- As operações aprovadas pelo Comitê de Mercado somente são realizadas se o ativo financeiro/contraparte possuir classificação com Rating mínimo A- dado por agência com credibilidade internacional. Quando duas ou mais agências classificam o mesmo ativo, adota-se, para fins de classificação de risco de crédito, aquela mais conservadora.
- Para subsidiar as análises do comitê, a Gerência de Análise de Riscos confecciona relatório/parecer contendo análise do risco de crédito do ativo financeiro/contraparte da operação.
- São realizados os cálculos das alçadas e dos limites operacionais impostos, sendo utilizados para decidir o volume a ser aplicado, dando elevada ênfase ao binômio risco/retorno e liquidez corrente.
- Análise do impacto nos níveis de apetite a risco estabelecidos na RAS.

São ainda realizados debates e análises técnicas sobre as principais variáveis de mercado que poderão afetar os investimentos, visando a melhor tomada de decisão para o Banestes.

Ademais, a tesouraria do Banestes procura assegurar liquidez adequada às suas operações, buscando uma boa combinação entre risco de crédito, prazo e taxa de juros. Sua operacionalização está voltada para aquisições e alienações de ativos. A tesouraria concentra os investimentos em ativos altamente líquidos, não apenas como forma de conferir disponibilidade imediata de recursos, mas também para se proteger de riscos de taxa de juros. A carteira proprietária do Banestes está representada majoritariamente por aplicações em títulos públicos federais, tais como Letra Financeira do Tesouro - LFT, Letra do Tesouro Nacional – LTN e Notas do Tesouro Nacional - NTN, além de títulos privados e fundos de investimento.

Risco do cliente

Os clientes têm sua classificação de risco atribuída por modelos de análise e classificação de risco – *credit scoring*, que são modelos estatísticos responsáveis por medir a probabilidade de inadimplência destes clientes, ponderando variáveis restritivas, cadastrais e de histórico de crédito. Agrega-se ainda na definição do risco do cliente, principalmente para clientes do tipo pessoa jurídica, análise julgamental através de modelo parametrizado.

De acordo com o nível de risco do cliente, definido com base em uma escala de nove níveis, as políticas parametrizadas definem limites para as diversas modalidades de crédito, inclusive disponibilizando percentuais para crédito pré-aprovado e definindo os tipos de garantias, prazos e taxas na concessão de crédito.

Mitigação do risco de crédito

A mitigação do risco de crédito é feita com a utilização de diversos instrumentos, tais como: hipoteca, alienação fiduciária, caução e desconto de recebíveis, aplicação/investimento, aval, penhor, fiança, dentre outros, sendo considerados, de um modo geral, como meios de assegurar o cumprimento da obrigação por parte do tomador do crédito.

Os critérios estabelecidos para análise e classificação dos mitigadores levam em conta:

- A suficiência;
- Os princípios legais que o regem;
- A depreciação que este mitigador pode vir a sofrer;
- A liquidez; e
- O tempo legal necessário para a sua retomada, em caso de inadimplência.

Para os casos em que o mitigador é uma garantia real agregada à operação de crédito, as avaliações são fundamentadas em laudos técnicos, e possuem prazo de vigência, o que as mantém

atualizadas. Seu cadastramento é feito em uma base de dados específica, e a mesma é vinculada à operação de crédito no momento da concessão.

c) Organização da estrutura de gerenciamento do risco de crédito

O Banestes instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito com o objetivo de identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de suas operações, contribuindo assim para a manutenção da solidez da Instituição. A estrutura de gerenciamento do risco de crédito do Banestes é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e a Diretoria de Negócios e Recuperação de Ativos, sendo o diretor de Riscos e Controle, por meio de indicação do Conselho de Administração, o responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Banestes. Seguem abaixo as suas principais responsabilidades:

Diretoria de Riscos e Controle:

- definição das políticas e procedimentos de crédito;
- gerenciamento e alocação de capital para cobertura do risco de crédito;
- revisão das políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de crédito;
- estabelecimento de limites máximos de exposição cliente/grupo econômico;
- gestão da carteira de crédito;
- análise do risco da operação.

Superintendência de Reestruturação de Ativos:

- análise e acompanhamento das inadimplências das carteiras de crédito e a performance das cobranças efetuadas;
- gerenciamento e controle das renegociações de dívidas ajuizadas;
- gerenciamento da cobrança dos créditos inadimplentes e renegociar dívidas;
- elaboração das políticas relativas às regras de cobrança e renegociação de dívidas.

A Gerência de Análise de Riscos Integrados, subordinada à Diretoria de Riscos e Controles e independente das áreas de negócio, é responsável por gerenciar os riscos de forma integrada e o capital, bem como prover o Banestes com análises e informações referentes ao risco de crédito, além dos riscos de mercado e IRRBB, de liquidez e socioambiental, bem como realizar o gerenciamento de capital e o processo da Basileia.

Existem outras áreas específicas que também participam da gestão do risco de crédito de forma preventiva e reativa, incluindo as áreas de negócio.

A prevenção ao risco de crédito é de responsabilidade de todas as unidades de negócios, cabendo a elas adotar todas as políticas e diretrizes instituídas pelo Banco em todo o ciclo de crédito, tanto das operações classificadas na carteira de negociação, quanto das operações não classificadas na carteira de negociação.

d) Relação entre a estrutura de gerenciamento do risco de crédito, a política de conformidade e a atividade de auditoria interna.

O Banestes adota a estratégia de três linhas de defesa, aplicada ao gerenciamento de risco de crédito, onde cada uma das linhas de defesa desempenham um papel distinto na estrutura de governança da organização, atuando de forma interdependente.

Primeira Linha de Defesa: É representada pelas unidades de negócios (Gerências, Coordenadorias da Direção Geral e Agências) responsáveis pelos produtos e serviços e demais atividades da Instituição. Os gestores de negócio, de suporte e operacionais têm a responsabilidade primária por avaliar, controlar e mitigar os riscos de suas áreas, a partir da implementação dos controles. A primeira linha refere-se ao dono do processo, dos riscos e de seus controles.

Segunda Linha de Defesa: Estão contempladas nesta linha as atividades que tem o propósito específico de dar suporte à gestão e ao processo de Governança Corporativa, para observação dos aspectos legais, regulatórios e operacionais por parte dos gestores na condução de seus processos e tomada de decisões. Esta linha tem por objetivo apoiar os gestores para que identifiquem e tratem os riscos aplicáveis ao negócio. A Diretoria de Riscos e Controle – DIRIC é estruturada por áreas de gerenciamento de riscos e compliance, devidamente segregadas das unidades de negócios, com objetivo de garantir o suporte adequado a Instituição.

Terceira Linha de Defesa: É representada pela Gerência de Auditoria Interna – GEAUD, que tem o papel de fornecer aos órgãos de governança e à alta administração avaliações abrangentes, independentes e objetivas relativas à organização, incluindo a forma como a primeira e a segunda linhas de defesa alcançam os objetivos de gerenciamento de riscos e controle.

e) Escopo e principais tópicos de gerenciamento do risco de crédito incluídos nos relatórios gerenciais

Os relatórios têm o objetivo de suprir a todos os envolvidos no processo de gestão com informações relativas ao gerenciamento de risco de crédito realizado pela Instituição, sendo compostos de informações qualitativas e quantitativas

Assim, são reportados periodicamente à alta administração e às áreas de negócio, relatórios contendo informações acerca do risco de crédito do Banestes, tais como desempenho da carteira de crédito, provisão para devedores duvidosos (PDD), inadimplência, carteira de crédito por nível de risco, ativos problemáticos, garantias e testes de estresse.

CR1: Qualidade creditícia das exposições

Na tabela abaixo é fornecida uma visão geral da qualidade das exposições sujeitas ao risco de crédito relativas apenas às operações de crédito, aos títulos de dívida e às operações não contabilizadas no Balanço Patrimonial.

Nº da linha	Em R\$ mil	31/12/2020	a	b	c	g
			Valor bruto		Provisões, adiantamentos e rendas a apropriar	Valor líquido
		Exposições caracterizadas como operações em curso anormal	Em curso normal			
1	Concessão de crédito		96.072	5.047.410	262.770	4.880.712
2	Títulos de dívida		-	13.023.072	-	13.023.072
2a	dos quais: títulos soberanos nacionais		-	9.348.587	-	9.348.587
2b	dos quais: outros títulos		-	3.674.485	-	3.674.485
3	Operações não contabilizadas no balanço patrimonial		-	1.545.618	-	1.545.618
4	Total		96.072	19.616.100	262.770	19.449.402

CR2: Mudanças no estoque de operações em curso anormal

Na tabela abaixo tem-se a identificação das mudanças no estoque de operações em curso anormal entre dois períodos, considerando as operações reportadas na tabela de Qualidade Creditícia das Exposições.

Nº da linha	Em R\$ mil	31/12/2020	(a)
			Total
1	Valor das operações em curso anormal no final do período anterior		167.107
2	Valor das operações que passaram a ser classificadas como em curso anormal no período corrente		53.036
3	Valor das operações reclassificadas para curso normal		-64.960
4	Valor da baixa contábil por prejuízo		-58.257
5	Outros ajustes		-855
6	Valor das operações em curso anormal no final do período corrente		96.072

CRB: Informações adicionais sobre a qualidade creditícia das exposições

a) Detalhamento do total das exposições por região geográfica no Brasil, por país, por setor econômico e por prazo remanescente de vencimento.

Por Região Geográfica

Carteira de Crédito do Banestes*	
Região Geográfica do Espírito Santo	R\$ mil
Centro	4.003.898
Norte	1.432.902
Sul	1.085.149
Outras Cidades**	167.150
Total Geral	6.689.100

* As operações não contabilizadas no balanço patrimonial estão incluídas na tabela.

* São Paulo

Títulos de Dívida	
Região Geográfica do Brasil	R\$ mil
SUL	475.605
SUDESTE	2.856.495
CENTRO-OESTE	9.575.289
NORDESTE	97.250
NORTE	18.434
Total Geral	13.023.072

Por Setor Econômico

Exposição por setor econômico*	
Pessoa Física	4.450.509
Pessoa Jurídica	15.261.663
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	9.348.587
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura	47.583
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	294.543
Alojamento e Alimentação	58.556
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	3.741
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	213.387
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	2.023.083
Atividades Imobiliárias	107.626
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	31.733
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	1.051.441
Construção	175.520
Educação	88.288
Eletricidade e Gás	567.266
Indústrias de Transformação	703.800
Indústrias Extrativas	54.523
Informação e Comunicação	96.498
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0
Outras Atividades de Serviços	11.664
Saúde Humana e Serviços Sociais	119.062
Serviços Domésticos	0
Transporte, Armazenagem e Correio	264.761
Outros	0
Total Geral	19.712.172

* Operações não contabilizadas no balanço patrimonial e títulos de dívida estão incluídos na tabela.

Por prazo a decorrer das operações

Prazo a Decorrer	R\$ mil
até 6 meses	1.817.200
6 a 12 meses	1.392.792
1 a 5 anos	11.154.474
acima de 5 anos	5.347.706
Total Geral	19.712.172

* Operações não contabilizadas no balanço patrimonial e títulos de dívida estão incluídos na tabela.

b) Total das operações em curso anormal segregado por região geográfica no Brasil, por país e setor econômico, bem como as respectivas provisões e baixas contábeis por prejuízo.

Valores em R\$ mil

Setor Econômico	Operações em Curso Anormal*				
	dez/20				
	Saldo Base	Saldo PDD Inicial	Constituição Líq. do Período	Baixa para Prejuízo	Saldo PDD Final
Pessoa Física	54.299	-48.989	2.849	6.844	-39.296
Pessoa Jurídica	41.773	-37.849	-2.476	2.777	-37.548
Administração Pública, Defesa e Seguridade Social	0	0	0	0	0
Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aqüicultura	1	-2	2	0	0
Água, Esgoto, Atividades de Gestão de Resíduos e Descontaminação	277	0	-88	0	-88
Alojamento e Alimentação	613	-717	96	73	-549
Artes, Cultura, Esporte e Recreação	20	-101	57	27	-17
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	5.790	-2.088	-3.650	0	-5.737
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	1	0	-36	35	-1
Atividades Imobiliárias	51	-35	-3	0	-39
Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas	1.094	-247	-841	0	-1.088
Comércio; Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	8.379	-10.871	4.805	741	-5.325
Construção	9.084	-3.626	-5.941	484	-9.083
Educação	69	-92	29	3	-60
Eletricidade e Gás	0	0	0	0	0
Indústrias de Transformação	15.370	-16.720	1.359	639	-14.722
Indústrias Extrativas	4	-1.696	1.693	0	-3
Informação e Comunicação	2	0	-2	0	-2
Organismos Internacionais e Outras Instituições Extraterritoriais	0	0	0	0	0
Outras Atividades de Serviços	502	-213	-134	9	-338
Saúde Humana e Serviços Sociais	183	-461	260	19	-182
Serviços Domésticos	0	0	0	0	0
Transporte, Armazenagem e Correio	334	-980	-81	748	-313
Outros	0	0	0	0	0
Total Geral	96.072	-86.838	374	9.621	-76.844

*Todas as operações em curso anormal encontram-se na região sudeste do Brasil

c) Total das exposições em atraso segmentadas por faixas de atraso

Por Faixa de Atraso

Valores em R\$ mil

Total das Exposições em Atraso						
dez/20						
	Menor que 31	31 e 90 dias	91 e 180 dias	181 e 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Pessoa Física	3.124.769	31.569	19.852	29.517	4.930	3.210.637
Pessoa Jurídica	1.819.285	71.788	7.309	33.805	659	1.932.845

d) Segregação do total das exposições reestruturadas, entre aquelas classificadas como operações em curso anormal e as demais.

Total das Exposições Reestruturadas			
dez/20			
	Curso Normal	Curso Anormal	Total
Pessoa Física	62.847	8.328	71.175
Pessoa Jurídica	182.097	22.470	204.567

e) Percentual das dez e das cem maiores exposições em relação ao total do escopo definido na tabela CR1.

Nível de Concentração das Operações com Características de Concessão de Crédito nos 10 e 100 Maiores Devedores

	%
10 maiores	53,14%
100 maiores	69,04%

Nestes valores estão inclusos as contrapartes dos títulos de dívida soberanos e privados

5. RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE (CCR)

CCRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de crédito de contraparte (CCR)

a) O método utilizado para estabelecer os limites internos para fins do gerenciamento das exposições sujeitas ao risco de crédito de contraparte

O Banestes, atualmente, não atua com instrumentos financeiros que possuam risco de crédito de contraparte, com exceção das operações compromissadas, as quais são quase todas garantidas por títulos públicos federais, além de serem negociadas na Câmara Selic, e em grande maioria com prazo de um dia, o que reduz em quase cem por cento o seu risco de crédito de contraparte.

b) Políticas de avaliação do risco de crédito de contraparte, considerando garantias e outros instrumentos de mitigação

Caso o Banestes passe a operar com instrumentos que estejam expostos a esse risco, esses deverão ser apreciados pelo Comitê de Mercado - COMEC e deliberados pelo Colegiado da Diretoria - COLED. Além de que, anteriormente a isso, deverá ser realizado um estudo aprofundado desses instrumentos com todas as legislações que contemplem esse assunto, para que o Banestes possa adequar todas as suas políticas e estrutura, e assim estar preparado para operar com esses instrumentos financeiros.

c) O impacto no montante de colaterais que a instituição seria obrigada a empenhar no caso de rebaixamento da sua classificação de crédito

Atualmente, dadas as justificativas apresentadas anteriormente, não tem impacto.

6. EXPOSIÇÕES DE SECURITIZAÇÃO

SECA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento de riscos das exposições de securitização

a) Objetivos da atividades de securitização e de ressecuritização

A atividade de securitização no Banestes tem por objetivo o investimento. O Banestes atua apenas como investidor em posições de instrumentos de securitização. Para realização dessas operações são analisadas todas as características do instrumento, ativo subjacente, nível de risco da carteira, remuneração, entre outras.

b) Listagem da entidades

Atualmente não há sociedades de propósito específico (SPE) que têm o Banestes como contraparte patrocinadora, bem como entidades administradas ou assessoradas pela instituição que adquirem títulos de securitização emitidos pela própria instituição.

O Banestes atualmente não presta apoio implícito à nenhuma instituição.

c) Descrição resumida do tratamento contábil dado às exposições a títulos de securitização e de ressecuritização

As exposições a títulos de securitização do Banestes são tratadas contabilmente observando a circular Bacen 3.068/01. São classificados conforme as categorias:

I – títulos para negociação;

II – títulos disponíveis para venda e;

III – títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados nas categorias I e II são ajustados pelo valor de mercado, computando-se a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa quando classificado na categoria I e à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários quando classificados na categoria II.

Quando classificado na categoria III, os títulos são avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar no resultado do período.

d) Descrição das operações de securitização em que tenha havido venda ou transferência dos ativos sem retenção substancial de riscos

Em 2020 não foram realizadas pela instituição operações de securitização em que tenha havido venda ou transferência dos ativos sem retenção substancial de riscos.

e) Total das exposições cedidas com retenção substancial de risco, nos últimos 12 meses, que tenham sido honradas, recompradas, ou baixadas para prejuízo, segregadas por trimestre

Nos últimos 12 meses não foram cedidas pela instituição exposições com retenção substancial de risco.

7. RISCO DE MERCADO

MRA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do risco de mercado

a) Estratégias e processos utilizados no gerenciamento do risco de mercado

Definição

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela instituição financeira. Essa definição inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação, e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (**commodities**), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

Para o gerenciamento do risco de mercado as operações são classificadas em duas carteiras: carteira de negociação e carteira bancária:

Carteira de negociação (*Trading Book*): A carteira de negociação é composta pelos instrumentos, inclusive derivativos, detidos com intenção de negociação ou destinados a hedge de outros elementos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitos à limitação da sua negociabilidade. A intenção de negociação se caracteriza pela destinação dos instrumentos quanto a revenda, obtenção de benefício decorrente dos movimentos de preços, efetivos ou esperados ou realização de arbitragem.

Carteira bancária (*Banking Book*): A carteira bancária é constituída pelos instrumentos não classificados na carteira de negociação, provenientes dos demais negócios da Instituição.

Políticas

Em conformidade com a Resolução n.º 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, o Banestes possui a sua Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e IRRBB, aprovada pelo Colegiado da Diretoria e homologada pelo Conselho de Administração, a qual apresenta um conjunto de diretrizes que têm como objetivo estabelecer procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de mercado e de taxas de juros da carteira bancária em conformidade com os limites e níveis fixados na RAS e subsidiar a alta administração nas decisões estratégicas da Instituição.

O Banestes possui uma política de investimento que tem como objetivo estruturar a aplicação dos recursos disponíveis da Instituição, bem como estabelece limites e controles internos de negociação. A alocação de recursos é prioritariamente realizada em títulos públicos federais, títulos privados e cotas de fundos de investimento, obedecendo aos níveis de apetite e limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS e em política tanto em relação a volume

quanto a indexadores. Esses limites são estabelecidos, em geral, como percentuais do Patrimônio de Referência – PR.

As posições em títulos e valores mobiliários sujeitos ao risco de mercado são realizadas e gerenciadas pela área de finanças e mercado (Tesouraria), observando os limites definidos em políticas e as restrições legais. As aquisições são realizadas conforme limites definidos de alçadas. A Instituição possui um comitê específico para avaliação dessas operações, sendo que os membros participantes responsáveis pela gestão de riscos avaliam e emitem pareceres, inclusive, mensurando o impacto do risco de mercado.

A política de investimentos prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos, única e exclusivamente, para proteção patrimonial (hedge), que devem ser apreciados e deliberados pelo Comitê de Mercado e pelo Colegiado da Diretoria. Entretanto, devido ao grau de conservadorismo da instituição e ao trabalho permanente para manter o casamento entre as posições ativas e passivas, bem como de prazos e taxas, o Banestes entende não ser necessário no momento a utilização de instrumentos financeiros para proteção patrimonial.

O Banestes também possui uma política de operações com moedas estrangeiras que estabelece critérios a serem observados nos processos relativos à captação, aplicação e gestão de recursos denominados em moeda estrangeira, incluindo a compra e venda de moeda estrangeira nos mercados primários e secundários de câmbio. Possui também como limite máximo de tolerância ao risco cambial (exposição/descasamento em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial) o percentual de 2% do Patrimônio de Referência – PR. Esse descasamento é monitorado diariamente e informado à área gestora em caso de variações significativas nos descasamentos.

Diretrizes e objetivos

As principais diretrizes consistem em:

- a) avaliar diariamente a exposição ao risco de mercado do conglomerado prudencial e das demais empresas controladas por seus integrantes ou das quais estes participem;
- b) monitorar os limites operacionais máximos de exposição ao risco de mercado aceitável pela Instituição, tanto para a carteira de negociação quanto para a carteira bancária;
- c) realizar backtesting para verificar a precisão do modelo de apuração de risco de mercado; e
- d) realizar testes de estresse através da análise de sensibilidade, metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio.

Se os limites de exposição ao risco de mercado definidos pelo Banestes forem ultrapassados, a Gerência de Análise de Riscos Integrados informará à Diretoria de Riscos e Controle, para submeter ao Colegiado de Diretoria e ao Conselho de Administração, a fim de reavaliar novos limites de risco ou recompor os negócios que impactaram no referido risco.

Visando mitigar o risco de mercado de suas operações, a Instituição busca alcançar o casamento entre taxas e prazos para o fluxo das operações ativas e passivas. Para tratamento dos depósitos que não possuem vencimento definido, como é o caso da Poupança, do Depósito Judicial e do Depósito à Vista, os cálculos são realizados considerando prazos baseados em expectativas de manutenção de depósitos e de saques por parte dos clientes. Quanto à liquidação antecipada de empréstimos, o Banestes não adota nenhuma premissa específica, pois esse evento não é considerado representativo frente ao volume total de operações.

O Banestes está exposto atualmente ao risco de mercado referente às posições sujeitas à variação nas taxas de juros, à variação da taxa dos cupons de índices de preços e às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, provenientes de suas atividades de intermediação financeira.

Busca-se na aquisição de títulos e valores mobiliários com rentabilidade compatível com as taxas praticadas no mercado, buscando superar o custo de oportunidade, sempre observando a relação do risco com retorno (risco versus retorno) e liquidez, bem como os limites e procedimentos estabelecidos em políticas.

Metodologias

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (Trading) e regulatória (posições da carteira Trading mais as exposições em moedas estrangeiras e commodities da carteira Banking) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (Value at Risk - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, commodities e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (Trading) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de

negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

A estratégia de gerenciamento de risco de mercado adota, também, testes de estresse através da análise de sensibilidade, metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital da instituição, em sua liquidez ou no valor de um portfólio. Os testes de estresse objetivam a análise de impactos em condições anormais de mercado.

b) Estrutura organizacional

Na gestão do risco de mercado do Banestes a alta administração e demais unidades do Banestes têm responsabilidades definidas. O Banestes possui uma Diretoria de Riscos e Controle que é responsável pelo gerenciamento de riscos do conglomerado prudencial, inclusive do risco de mercado, e áreas específicas independentes das áreas de negócio responsáveis por identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco de mercado de todas as posições (ativas e passivas), incluídas tanto na carteira de negociação como na carteira bancária, sensíveis à variação cambial, de taxas de juros e de preços.

A Gerência de Análise de Riscos Integrados, subordinada à Diretoria de Riscos e Controles, é responsável por gerenciar os riscos de forma integrada e o capital, bem como prover o Banestes com análises e informações referentes ao risco de mercado e IRRBB (risco de taxas de juros da carteira bancária), além dos riscos de crédito, de liquidez e socioambiental, bem como realizar o gerenciamento de capital e o processo da Basileia.

O Banestes também possui uma área específica responsável pela mensuração do risco de mercado, segundo metodologias padronizadas regulatórias, e reporte de demonstrativos ao Banco Central, bem como pela gestão dos sistemas de informação e de mensuração de riscos.

As posições de descasamento entre ativos e passivos (gap) e as exposições de risco de mercado e liquidez são informadas periodicamente à Tesouraria, através de relatório específico.

c) Principais características dos sistemas de informação e de mensuração dos riscos

O Banestes utiliza um sistema de informação terceirizado para mensuração do risco de mercado de sua carteira, sendo uma solução com recursos e funcionalidades de gestão e controle do risco, composto por módulos, integrado ao sistema legado e que contribui para a redução do risco operacional com automação de processos e de cadastro de produtos e cotações. O sistema contém um módulo regulatório que contempla todas as funcionalidades necessárias para a geração de demonstrativos que devem ser reportados ao Banco Central e um módulo gerencial de risco que possibilita a utilização de diferentes metodologias de risco, bem com criação e geração de resultados de testes de estresse.

MR1: Abordagem padronizada - fatores de risco associados ao risco de mercado

A tabela a seguir apresenta o montante dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado apurado mediante abordagem padronizada (RWA_{MPAD}), conforme Resolução nº 54, de 16 de dezembro de 2020, do Banco Central do Brasil.

	Em R\$ mil	31/12/2020	a
Nº da linha	Fatores de risco		RWA_{MPAD}
1	Taxas de juros		381.923
1a	Taxas de juros prefixada denominadas em Real (RWA_{JUR1})		9.728
1b	Taxas dos cupons de moeda estrangeira (RWA_{JUR2})		-
1c	Taxas dos cupons de índices de preço (RWA_{JUR3})		372.195
1d	Taxas dos cupons de taxas de juros (RWA_{JUR4})		-
2	Preços de ações (RWA_{ACS})		21.114
3	Taxas de câmbio (RWA_{CAM})		1.629
4	Preços de mercadorias (commodities) (RWA_{COM})		-
9	Total		404.666

8. IRRBB

IRRBBA: Informações qualitativas sobre o gerenciamento do IRRBB

a) Descrição de como a instituição define o IRRBB para fins de controle e mensuração de riscos

A Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional, define o IRRBB como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Estabelece ainda que a identificação, a mensuração e o controle do IRRBB devem se basear em abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII).

A Circular nº 3.876, de 31 de janeiro de 2018, do Banco Central do Brasil, define as metodologias baseadas nestas duas abordagens como:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

b) Políticas e estratégias para o gerenciamento e a mitigação do IRRBB

O Banestes possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Mercado e IRRBB que é um conjunto de diretrizes que têm como objetivo, dentre outros, estabelecer procedimentos destinados a manter a exposição ao IRRBB em conformidade com os limites e níveis fixados na RAS e subsidiar a alta administração nas decisões estratégicas da Instituição.

A Política estabelece papéis e responsabilidades definidas para a Alta Administração e demais níveis hierárquicos da Instituição, sem prejuízo de suas atividades descritas no manual de organização.

O risco de taxas de juros da carteira bancária é monitorado pela Gerência de Análise de Riscos Integrados, que elabora relatórios regularmente, que são reportados à Alta Administração.

São realizados, ainda, testes de estresse para a carteira bancária por meio da metodologia de análise de sensibilidade.

c) Periodicidade de cálculo das medidas de IRRBB e descrição das métricas específicas utilizadas para apurar a sensibilidade da instituição ao IRRBB

Em conformidade com a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do CMN, e da Circular nº 3.876 de 31 de janeiro de 2018, do Bacen, o Banestes passou a avaliar o risco de taxas de juros da carteira bancária pela abordagem de valor econômico (Economic Value of Equity - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (Net Interest Income – NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira desta mesma carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos no modelo padronizado.

Os valores de Δ EVE e Δ NII são apurados mensalmente e monitorados em relação aos limites estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS.

d) Cenários de choque e de estresse de taxas de juros utilizados para estimar variações no valor econômico (Δ EVE) e no resultado de intermediação financeira (Δ NII)

A metodologia baseada na abordagem de valor econômico leva em consideração a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (Δ EVE). Para cálculo do Δ EVE são considerados 2 cenários de choques nas taxas de juros:

- a) cenário 1: aumento das taxas de juros de curto, médio e longo prazos (paralelo de alta);
- b) cenário 2: redução das taxas de juros de curto, médio e longo prazos (paralelo de baixa);

A metodologia baseada na abordagem de resultado de intermediação financeira leva em consideração a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (Δ NII). Para cálculo do Δ NII são considerados dois cenários de choques nas taxas de juros:

- a) cenário 1: aumento das taxas de juros de curto, médio e longo prazos (paralelo de alta);
- b) cenário 2: redução das taxas de juros de curto, médio e longo prazos (paralelo de baixa).

e) Descrição e implicações direcionais das premissas relevantes utilizadas no sistema de mensuração do IRRBB1.

Não foram encontradas premissas relevantes diferentes das premissas de modelagem exigidas para fins de divulgação das métrica da tabela IRRBB1.

f) Descrição, em termos gerais, de como a instituição faz hedge de suas exposições ao IRRBB, bem como o tratamento contábil de tais operações

Com relação à política de *hedge* e de mitigação de risco, que o Banestes adota uma postura conservadora em suas operações, buscando sempre manter um equilíbrio entre risco e retorno. Para garantir a efetividade desse processo, todas as operações do Banco somente são realizadas se estiverem em conformidade com as políticas internas e com os limites estabelecidos.

g) Descrição, em termos gerais, das premissas mais relevantes para modelagem e para a parametrização, no cálculo do Δ EVE e do Δ NII

O Banestes utiliza as abordagens padronizadas de Δ EVE e Δ NII para apuração do risco de taxas de juros da carteira bancária, conforme estabelecido pela Circular nº 3.876 de 31 de janeiro de 2018, do Bacen.

Para a apuração do Δ EVE são consideradas todos os fluxos de reapreçamento associados a posições ativas e passivas sujeitas ao IRRBB. As exposições não contabilizadas no balanço patrimonial do Banestes não são consideradas pela Instituição entender que as condições contratuais não geram risco de taxas de juros. Utiliza-se também a premissa de não renovação de instrumentos vincendos na carteira bancária (**run-off balance sheet**). As margens comerciais e outros componentes de spread não são excluídos na apuração dos fluxos de reapreçamento para fins do cálculo do Δ EVE.

Para a apuração do Δ NII é considerado um horizonte de análise de doze meses. As exposições não contabilizadas no balanço patrimonial do Banestes não são consideradas pela Instituição entender que as condições contratuais não geram risco de taxas de juros. Utiliza-se também a premissa de substituição dos instrumentos vincendos na carteira bancária por instrumentos com mesmo valor, período de reapreçamento e componentes de spread.

Informações Quantitativas

1. Premissa de prazo médio de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido.

Os depósitos de poupança tem seus fluxos alocados em vértices conforme a data de “aniversário” os depósitos, sendo mensal ou trimestral conforme o tipo de pessoa, contados a partir da data da realização destes depósitos. Os depósitos judiciais remunerados à TR são alocados em vértices conforme o prazo estabelecido de um mês a partir da data-base de cálculo. Com base nestas premissas o prazo médio é de aproximadamente 14,17 dias úteis.

2. Premissa de prazo máximo de reapreçamento atribuída aos depósitos sem vencimento contratual definido.

Os depósitos de poupança tem seus fluxos alocados em vértices conforme a data de “aniversário” os depósitos, sendo mensal ou trimestral conforme o tipo de pessoa, contados a partir da data da realização destes depósitos. Os depósitos judiciais remunerados à TR são alocados em vértices conforme o prazo estabelecido de um mês a partir da data-base de cálculo. Com base nestas premissas o prazo máximo de reapreçamento atribuído aos depósitos sem vencimento contratual definido é de 90 dias corridos.

IRRBB1: Informações quantitativas sobre o IRRBB

A tabela seguinte visa informar as variações nos valores de Δ EVE e de Δ NII, de que trata a Circular nº 3.876, de 2018, para cada cenário padronizado de juros prescrito.

Valores em R\$ mil	Δ EVE		Δ NII	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Data-base				
Cenário paralelo de alta	290.433	-	21	-
Cenário paralelo de baixa	15	-	226.947	-
Cenário de aumento das taxas de juros de curto prazo				
Cenário de redução das taxas de juros de curto prazo				
Cenário steepener				
Cenário flattener				
Variação máxima	290.433	-	226.947	-
Data-base	31/12/2020		31/12/2019	
Nível I do Patrimônio de Referência (PR)	1.582.733		1.542.977	

9. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Neste capítulo são apresentadas informações adicionais não requeridas especificamente pela Resolução nº 54, de 16 de dezembro de 2020, do Banco Central do Brasil, mas que o Banestes julga ser relevante a divulgação.

Controles Internos, Compliance e Risco Operacional

O Banestes possui uma estrutura específica de controles internos e gerenciamento do risco operacional, subordinada a Diretoria de Riscos e Controle, sendo compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição. Na estrutura de controles internos, a Alta Administração e demais níveis hierárquicos da Instituição, têm papéis e responsabilidades definidos.

O Sistema de controles internos é estruturado com base nas três linhas de defesa, no que diz respeito aos processos, riscos operacionais e controles, sendo que cada uma das linhas de defesa desempenham um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização, atuando de forma interdependente.

O sistema de controles internos abrange compliance e risco operacional, permitindo auxiliar a Instituição no alcance de seus objetivos estratégicos, com aprimoramento de procedimentos e controles e de regras que são divulgadas aos empregados com a finalidade de assegurar um ambiente de controle adequado, mais eficiente e em conformidade com os órgãos reguladores, autorreguladores e fiscalizadores. É prática constante a implantação/atualização de políticas internas, divulgando o direcionamento da Alta Administração para que estejam em consonância com as normas e legislações externas, bem como na identificação, classificação, avaliação, tratamento e monitoramento do risco operacional.

Os resultados das atividades de controles internos e risco operacional são consolidados anualmente no Relatório de Controles Internos, Compliance e Riscos Operacionais, que é elaborado utilizando a metodologia COSO, sendo submetido para análise do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, e posterior reporte ao Colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração para deliberação. As perdas operacionais são tratadas de acordo com metodologia própria, utilizando como principal premissa a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

Também é prática da instituição, a disseminação corporativa da cultura de controles internos, risco operacional, compliance, prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo e à corrupção, instituindo inclusive o Programa de Integridade Banestes, com a realização de treinamentos, palestras e divulgação na Intranet para formação e conscientização do corpo funcional.

Prevenção a Lavagem de Dinheiro

O Banestes possui políticas, procedimentos e controles internos definidos de acordo com a legislação brasileira e demais órgãos que regulam sobre prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo e à corrupção, enfatizando a importância da política "Conheça seu Cliente" e "Conheça seu Empregado". Mantém registro de todas as transações de seus clientes e possui sistema baseado em regras de forma a assegurar controles suficientes para minimizar os riscos da Instituição na prática deste crime.

Possui o Comitê de Prevenção e combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo, que avalia o encaminhamento das situações suspeitas aos órgãos competentes, dentre outras medidas.

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se, nessa definição, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Banestes, em atendimento aos princípios estabelecidos pelo Novo Acordo de Capital da Basileia, conhecido como Basileia II e à Resolução nº 4.557/2017 do Conselho Monetário Nacional, implementou o gerenciamento contínuo e integrado de riscos e de capital compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição, responsável pela identificação, análise e avaliação de riscos, avaliação, tratamento e monitoramento do risco operacional.

O gerenciamento de risco operacional é realizado por unidade específica, subordinada à Diretoria de Riscos e Controle, segregada da unidade executora da atividade de auditoria interna, bem como das áreas relacionadas aos negócios.

As matérias ligadas à gestão de riscos operacionais e controles internos do Banestes, envolvendo aspectos qualitativos e quantitativos são analisados pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, e reportadas ao Colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração para deliberação.

Objetivos

A política de gerenciamento de risco operacional é revisada e aprovada pelo Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital, Colegiado da Diretoria, e homologada pelo Conselho de Administração. Contém os conceitos, os benefícios, as diretrizes e os papéis e as responsabilidades, visando garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional, que é

decisivo para uma Instituição saudável e segura, pois diminui os fatores geradores de risco e, na proporção inversa, aumenta, com segurança, a rentabilidade de seus negócios.

O processo de gestão de risco operacional do Banestes percorre toda a Instituição, e compreende as seguintes etapas: comunicação e consulta; contexto estratégico - definição dos processos; identificação de riscos; análise e avaliação de riscos inerentes; análise e avaliação de riscos residuais; resposta ao risco - tratamento de riscos e monitoramento e análise crítica.

Os riscos relevantes identificados e as ações necessárias para mitigação são reportados à Diretoria de Riscos e Controle e, posteriormente ao Colegiado da Diretoria e ao Conselho de Administração por meio de relatórios que apresentam a real exposição da Instituição aos diversos riscos que podem afetar o negócio, permitindo à Alta Administração agir de forma pró-ativa na tomada de decisões e viabilizar o tratamento dos riscos de forma adequada, mantendo um nível aceitável de exposição, sem comprometer o bom desempenho dos negócios.

As Matrizes de Riscos Operacionais são disponibilizadas aos gestores proprietários do risco para acompanhamento e implementação dos planos de ação, assim como à Gerência de Auditoria Interna.

Mensuração do Capital referente ao do Risco Operacional

A parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente ao risco operacional (RWA_{OPAD}) do Conglomerado Prudencial é calculada com base na metodologia “Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada”, considerando as alterações dos normativos do Banco Central do Brasil e recomendações divulgadas pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária.

O capital a ser alocado com essa metodologia é obtido pela aplicação dos fatores de 15% sobre os valores agregados das linhas de negócio “Varejo” e “Comercial” (composto pelo saldo das operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, outras operações com características de concessão de crédito e títulos e valores mobiliários não classificados na carteira de negociação) e 18% sobre os valores agregados das demais linhas de negócios. Nas linhas “Varejo” e “Comercial”, antes da aplicação do percentual citado, aplica-se sobre o saldo de suas operações o coeficiente de 3,5%.

Base de Perdas Associadas ao Risco Operacional

A Gerência de Controle Internos e Compliance concilia com a contabilidade e armazena as perdas operacionais em uma base única, possibilitando conhecer e mitigar as perdas capazes de impactar ou impedir o alcance dos objetivos e metas da Instituição. As perdas são classificadas de acordo com os eventos de risco operacional definidos na Resolução nº 4.557/2017 do CMN, listados a seguir:

- fraudes internas;
- fraudes externas;
- demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
- situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição
- falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI)
- falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da Instituição.

Risco Operacional - Empresas do Grupo

A Banestes-DTVM possui uma Unidade específica de Controles Internos, Compliance e Gestão de Riscos, e que tem a função de aprimorar os controles, mitigar os riscos e disseminar a cultura de controles internos e gerenciamento de riscos para toda a Instituição, trazendo mais segurança aos negócios da companhia, atuando de forma autônoma e independente das áreas de negócio que atende, com reporte e gerenciamento totalmente segregados.

Instituiu a Política de Gerenciamento do Risco Operacional, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo nortear as ações de todas as unidades e Empregados no que diz respeito aos processos existentes e a gestão dos seus respectivos riscos operacionais e mantê-los em conformidade com os limites e níveis fixados na RAS, bem como definir papéis e responsabilidades, subsidiando a alta administração nas decisões estratégicas da Instituição.

O resultado das atividades de controles internos, Compliance e Riscos Operacionais é consolidado anualmente no Relatório de Controles Internos, Compliance e Risco Operacional, submetido à aprovação do Colegiado de Diretoria da Banestes-DTVM e ficam à disposição dos Órgãos Reguladores, Autorreguladores e Fiscalizadores. As perdas operacionais são tratadas de acordo com metodologia própria, utilizando como principal premissa a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

A Banestes DTVM é integrante do Conglomerado Prudencial, sendo as matérias ligadas ao risco operacional submetidas à aprovação do Colegiado de Diretoria da Sociedade e posteriormente encaminhadas à Diretoria de Riscos e Controle do Banestes, Acionista Único, para análise e reporte ao Colegiado de Diretoria e ao Conselho de Administração do Banestes.

Gestão de Continuidade de Negócios – GCN

O Banestes em conformidade com a Resolução n.º 4.557/2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN e expedida pelo Banco Central do Brasil - Bacen, adotou como guia de melhores práticas de mercado a Norma Brasileira de Gestão de Continuidade de Negócios - ABNT NBR ISO 22301:2013, visando aprimorar o ambiente de gestão de riscos da Instituição.

A política de Gestão de Continuidade de Negócios - GCN, aprovada pelo Colegiado da Diretoria e homologada pelo Conselho de Administração, estabelece as diretrizes para assegurar a continuidade dos seus processos essenciais, reduzindo as possíveis perdas e contribuindo para alavancagem dos resultados.

A política de Gestão de Continuidade de Negócios estabelece diretrizes para assegurar a continuidade dos processos essenciais, reduzindo os possíveis impactos à Instituição e garantindo que ela responda às ameaças de forma planejada, quando há ocorrência de incidente, mantendo suas operações em um nível aceitável, inclusive definindo papéis e responsabilidades no processo.

Risco Socioambiental

O risco socioambiental, para Instituições Financeiras, é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais causados no desenvolvimento de suas atividades ou por suas ações.

Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco e estar em conformidade com a Resolução nº 4.327/2014, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre as diretrizes que devem ser observadas no estabelecimento e na implementação da Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA pelas Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, o Banestes instituiu a Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA, contendo princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios, na relação com as partes interessadas, na identificação e controle do risco socioambiental presente nas atividades e nas operações da Instituição, definindo papéis e responsabilidades e assegurando a adequada integração com as demais políticas da Instituição.

No gerenciamento do Risco Socioambiental do Banestes são observados os possíveis impactos dos produtos e serviços, de forma a garantir a identificação, avaliação e mitigação do risco socioambiental nas operações da Instituição. A análise do Risco Socioambiental tem como objetivo mitigar eventuais riscos de natureza socioambiental nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir do conhecimento e das análises de riscos de clientes e de projetos. São estabelecidos critérios e mecanismos específicos de avaliação desse risco quando da realização de operações relacionadas a atividades econômicas com maior potencial de causar danos socioambientais, inclusive às relativas ao processo de crédito. Os dados referentes às perdas

efetivas em função de danos socioambientais são registrados na base de perdas da Instituição por área específica e reportados periodicamente à Diretoria de Riscos e Controle.

O Banestes preza pela responsabilidade socioambiental com o devido comprometimento com seus clientes, empregados, fornecedores e sociedade quanto as questões sociais e ambientais na realização de suas atividades, visando promover o desenvolvimento sustentável, o bem-estar social, a valorização da cultura, do ambiente e dos valores capixabas.